CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xxx/2026/DL/CMD

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xxx/2026/DL/CMD, QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE DOURADOS-MS, POR INTERMÉDIO DA SENHORA LIANDRA ANA BRAMBILLA DA SILVA – PRESIDENTE E A XXXXXXXXXXX.

A Câmara Municipal de Dourados/MS com sede na Avenida Marcelino Pires, 3600, Sala A-7 – Jd. Paulista, inscrita no CNPJ 15.469.091/0001-86, neste ato devidamente representada pelo Presidente, **Liandra Ana Brambilla da Silva**, conforme Termo de Posse de 1º de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial do Município de Dourados/MS, nº 6.291 de 06 de janeiro de 2025, CONTRATANTE, e o(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, sediado(a) na **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** – Representante Legal, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 36/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa Eletrônica nº XX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Contrato a contratação de sociedade seguradora autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para a prestação de serviços de seguro total da frota oficial da Câmara Municipal de Dourados/MS, mediante emissão de apólices e/ou endossos, compreendendo cobertura contra danos materiais e corporais decorrentes de sinistros, assistência 24 (vinte e quatro) horas, cobertura para terceiros e demais coberturas previstas no Termo de Referência, para os veículos relacionados no Termo de Referência, observadas as condições, especificações, quantitativos e exigências estabelecidos neste Contrato, no aviso de contratação direta, no Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA.

Lote/ Grupo	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Total Estimado
01	Contratação de seguro total de frota oficial.				

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O aviso de contratação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência administrativa da contratação será de 12 (doze) meses, contados do dia subsequente à publicação do extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), devendo a vigência técnica da cobertura (apólice) de cada veículo corresponder a um período autônomo de 12 (doze) meses, indicados nas respectivas apólices, admitido o início escalonado conforme a necessidade.

2.1.1. O contrato poderá ser prorrogado com fundamento nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante demonstração da vantajosidade e existência de disponibilidade orçamentária..

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$ XXXXXX (XXXXXXXX).correspondente ao prêmio anual do seguro.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo, a forma, as condições de pagamento e os demais critérios relativos à liquidação da despesa encontram-se disciplinados no Termo de Referência, que integra este Contrato independentemente de transcrição.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis durante o período de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, observado o

MINUTA

disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.2. Após o interregno de 12 (doze) meses, contado da data-base do orçamento estimado da contratação, os preços poderão ser reajustados mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente em relação às obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, formalizado por apostilamento.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. Na hipótese de atraso ou de não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada com base na última variação conhecida, promovendo-se a compensação correspondente após a divulgação do índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, será utilizado, obrigatoriamente, o índice definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado aquele que vier a substituí-lo por força de legislação superveniente.

7.7. Na ausência de índice substituto, as partes definirão outro índice oficial que reflita a variação dos custos da contratação, mediante termo aditivo.

7.8. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber e conferir a apólice de seguro emitida no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

MINUTA

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Encaminhar os autos à Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Dourados, quando necessária a adoção das medidas administrativas ou judiciais cabíveis em razão do descumprimento das obrigações contratuais.;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Decidir, observada a complexidade da matéria, os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pelo CONTRATADO, mediante decisão fundamentada, nos prazos previstos na legislação aplicável.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

MINUTA

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deverá cumprir integralmente todas as obrigações constantes deste Contrato, do Termo de Referência, de sua proposta e da legislação aplicável, assumindo, com exclusividade, os riscos e as despesas decorrentes da perfeita execução do objeto.

9.2. Emitir a apólice de seguro e disponibilizá-la ao Contratante no prazo máximo estabelecido no Termo de Referência, contendo todas as coberturas, limites máximos de indenização, franquias, condições gerais, especiais e particulares contratadas.

9.3. Garantir a cobertura securitária durante toda a vigência do contrato, observando rigorosamente as condições estabelecidas na apólice, no Termo de Referência, na proposta apresentada e na regulamentação expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

9.4. Manter, durante toda a execução contratual, autorização para funcionamento e regularidade perante a SUSEP, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

9.5. Disponibilizar canais permanentes de atendimento ao Contratante, inclusive para comunicação de sinistros, esclarecimentos, orientações e demais demandas relacionadas à execução do contrato.

9.6. Receber, processar e regular os avisos de sinistro, promovendo todas as providências necessárias à sua adequada instrução, análise e liquidação, nos prazos previstos na legislação aplicável e nas normas da SUSEP.

9.7. Efetuar o pagamento das indenizações devidas ou promover a reparação dos prejuízos cobertos pela apólice, observados os limites máximos de indenização contratados, as franquias aplicáveis e os prazos estabelecidos na legislação e na regulamentação vigente.

9.8. Comunicar imediatamente ao Contratante qualquer fato superveniente que possa comprometer a execução do contrato, alterar as condições da cobertura securitária ou afetar a manutenção das condições de habilitação.

9.9. Atender às determinações emitidas pelo gestor ou fiscal do contrato, prestando, sempre que solicitado, todas as informações, esclarecimentos e documentos necessários ao acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

9.10. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros em decorrência de falhas na execução contratual, não sendo essa responsabilidade reduzida ou afastada em razão da fiscalização exercida pela Administração.

9.11. Quando não for possível a verificação da regularidade por meio do SICAF ou de outros sistemas oficiais disponíveis, o CONTRATADO deverá apresentar, para fins de pagamento, os documentos comprobatórios de regularidade fiscal, social e trabalhista exigidos pela legislação vigente.

MINUTA

9.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações fiscais, tributárias, comerciais, previdenciárias, trabalhistas e demais encargos decorrentes da execução do contrato, não transferindo ao Contratante qualquer responsabilidade por sua inadimplência.

9.13. Manter absoluto sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em razão da execução contratual, utilizando-as exclusivamente para o cumprimento do objeto contratado.

9.14. Observar a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), adotando todas as medidas técnicas e administrativas necessárias para garantir a segurança e a confidencialidade dos dados pessoais eventualmente tratados durante a execução do contrato.

9.15. Cumprir, durante toda a vigência contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz, quando aplicável, bem como comprovar seu atendimento sempre que solicitado pela fiscalização, nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133/2021.

9.16. Cumprir, durante toda a execução contratual, a legislação aplicável ao mercado securitário, especialmente as normas expedidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, bem como as demais condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

1. Moratória de 0,5 % (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores aos valores eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, a diferença será cobrada administrativamente e, não sendo quitada, poderá ser objeto de cobrança judicial, na forma da legislação aplicável. (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

11.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.2.3. Indenizações e multas.

11.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Dourados-MS deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

12.2. Gestão/Unidade: 01.001

12.3. Programa de Trabalho: 01.01

12.4. Elemento de Despesa: 01.001.01.031.0101.2001.3.3.90.39.00

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. As alterações quantitativas ou qualitativas do objeto observarão os arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021, quando compatíveis com a natureza da contratação, podendo

ocorrer, dentre outras hipóteses, mediante emissão de endosso para inclusão, exclusão ou substituição de veículos da frota, observado o interesse público e as condições estabelecidas no Termo de Referência.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Dourados – MS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Dourados – MS, XX/XX/20XX.

_____
CÂMARA MUNICIPAL DE DOURADOS - MS

_____
Representante legal

TESTEMUNHAS:

MINUTA